

**O PAPEL DO PROFESSOR COORDENADOR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LEITORES**

Josany Leme Da Silva Batista

Eixo 2 - Projetos e práticas de formação continuada
- Relato de Experiência - Apresentação Oral

O presente artigo visa expor o papel do professor coordenador na formação continuada em serviço do professor. Para explicitar e fomentar a atribuição que lhe apraz nesse sentido, apresentamos um exercício vivenciado nas Aulas de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) que buscou motivar os docentes a serem leitores críticos. Tal momento foi necessário, pois, no Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola pretende-se formar discentes com essa característica e nas avaliações internas e externas não alcançamos com êxito esse resultado, sendo assim, ao colaborar na formação de um docente leitor esperamos chegar à construção do estudante leitor. Esta atividade aconteceu em uma escola pública estadual localizada no interior do estado de São Paulo que no último ano entrou para o quadro de escolas prioritárias do estado e, por isso, precisa de um olhar mais atento e capaz de promover a transformação. Palavras-chave: Coordenador; Formação; Leitura.

O PAPEL DO PROFESSOR COORDENADOR NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES LEITORES

Josany Leme da Silva Batista. FCT - UNESP/ P.Prudenteⁱ

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Unidade Escolar é uma instituição essencialmente social, formada e influenciada pelos sujeitos que convivem numa dada comunidade, por estes motivos, é necessário que a escola seja pensada e estruturada por sujeitos que, envolvidos nesta situação de ensino e construção do conhecimento, tenham a habilidade de reformular e avaliar as atividades pertencentes ao campo educacional.

Gerir o espaço de estudo requer trabalho intencional e coletivo, pois o Homem é, por natureza, um ser social que encontra nas trocas de experiências a capacidade de relacionar-se e, por meio, destas associações se aperfeiçoar e se transformar.

Garms (2006, p. 81) ressalta

A educação escolar constitui um dos instrumentos de consecução de uma sociedade democrática, na medida em que universaliza o saber sistematizado, fundamental para o exercício da cidadania.

Mediante estas afirmações esclarecemos que um espaço educacional com ações adequadamente planejadas promovem práticas significativas de conhecimento que garantem a validade destas construções no corpo docente e nos estudantes.

A palavra motivadora de toda gestão escolar é planejamento, quer seja, processo que prevê como as ações podem acontecer, quais instrumentos são utilizados, quais análises e reflexões serão realizadas, com o intuito de alcançar plenamente os objetivos elencados. Este planejamento move a equipe e direciona os caminhos que devem ser trilhados com a intenção de modificar as ações que ocorrem na escola.

O objetivo central deste relato é discorrer sobre uma experiência vivenciada na Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC) de uma escola pública do estado de São Paulo localizada na cidade de Presidente Prudente no oeste paulista. A equipe gestora desta unidade de ensino é composta por

diretor, vice-diretor, Professor Coordenador do Ensino Fundamental, do Ensino Médio e um Professor Coordenador de Apoio à Gestão, nova função designada para as escolas prioritárias, ou seja, escolas que não atingiram um rendimento satisfatório no Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP).

A escola é formada pelos ensinos fundamental e médio. Anteriormente contava com o fundamental I, mas este deixou de fazer parte da estrutura da unidade escolar devido a municipalização que o ensino fundamental I sofreu. A escola acompanhou as diversas reformas educacionais e hoje consolida a sua existência buscando efetivar as novas mudanças curriculares propostas para o estado de São Paulo desde 2008.

Este relato tem como função mostrar um momento de ATPC vivenciado no primeiro semestre de 2013 com a pretensão de ressaltar a função do professor coordenador como formador que, de acordo com Geglio (2012, p. 115) é a de *planejar e acompanhar a execução de todo o processo didático-pedagógico da instituição* e evidenciar que os estudos nas ATPC surgem de apontamentos efetuados pelos professores.

Para tanto, num primeiro momento falaremos sobre a função deste professor coordenador e posteriormente explanaremos a atividade realizada nas aulas de trabalho pedagógico coletivo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O professor coordenador (PC) tem a função de dar suporte ao trabalho docente e colaborar com as práticas educativas. Dentro do ambiente escolar, os professores buscam atingir o mesmo alvo, por isso, o pensamento e os anseios coletivos devem guiar as tarefas, bem como, o empenho dos docentes diante da relação que estabelecem com os alunos. Sendo assim, é papel do PC enxergar estas necessidades comuns e organizar momentos de discussão e reflexão que levem à compreensão da realidade escolar e, assim, auxiliem os professores a pensarem sobre a prática em sala de aula. Refletindo sobre estes aspectos Geglio (2012, p.117) destaca

Os momentos de atuação do coordenador pedagógico como agente de formação continuada do professor em serviço são aqueles em que ele se reúne com o conjunto dos docentes da instituição escolar para discutir questões e problemas pedagógicos, isto é, pertinentes à sala de aula, ao conteúdo

de ensino, ao desempenho dos educandos e ao relacionamento com os alunos.

Desta maneira, é essencial construir a identidade do corpo docente mostrando a importância destas reuniões para estudos, análises e discussões. O docente precisa identificar o professor coordenador como um formador, logo, este precisa almejar momentos coletivos que vão ao encontro das necessidades dos professores. Pensando neste aspecto, é de suma importância estabelecer um cronograma de estudos para formação continuada em serviço do professor pensando em atividades que planejadas, possibilitam a construção de conhecimento excluindo a reprodução de conteúdos ou um momento ocioso.

Professor coordenador possui a função que estabelece integração e favorece o ensino e a aprendizagem dos alunos sendo este trabalho direto e intencional. Da mesma forma deve acontecer na formação continuada dos professores, os estudos precisam ter uma direção e intencionalidade, uma vez que este significado possibilita ao professor a percepção do trabalho organizado pelo coordenador e a compreensão dos objetivos almejados pela equipe gestora para prover elementos geradores de reflexão e de intervenção nas práticas educativas.

A palavra que deve impulsionar o trabalho dentro da escola é sensibilização, ou seja, termo que descentraliza o cunho autoritário destinado à gestão e instaura o trabalho coletivo; que numa gestão democrática, concebe ações e as tomadas de decisões que estabelecem a organização do todo e a distribuição de responsabilidade.

As temáticas abordadas na ATPC surgem com base no PPP, documento que fundamenta e elenca as prioridades observadas para a escola, e das dificuldades encontradas na instituição que impossibilitam o bom funcionamento do PPP. A escola existe em função do pedagógico, ou seja, de ações educativas que mobilizam o entendimento do processo de ensinar e de aprender e de todas as implicações decorrentes deste caminho. Além disso, as avaliações internas e externasⁱⁱ apresentam resultados que precisam ser refletidos e analisados neste momento de estudo coletivo.

O professor coordenador tem a função de obter fundamentos para a formação continuada em serviço do professor, planejar e acompanhar a execução de todo processo pedagógico da escola. Exerce múltiplas tarefas, isto é, preocupa-se com o ensino e a aprendizagem, com o comportamento

dos alunos, construção de projetos para a escola, entre outras tantas atividades recorrentes a esta função, porém, a formação docente não pode ser deixada em segundo plano, uma vez que esta prerrogativa impulsiona o encaminhamento de práticas coerentes e eficazes. Assim, evidenciam Lima e Santos (2007, p. 80)

Uma das atribuições mais importantes é a de formação continuada, desenvolvida junto aos professores, trabalho que necessitaria estar articulado aos princípios pedagógicos assumidos pela escola, por meio de uma leitura sistemática e intencional da realidade contextual.

A Resolução SE 88 de 2007 discorre também sobre as atribuições do PC, dentre as várias elencadas nos apoiamos em uma para dar suporte ao nosso trabalho, quer seja, artigo 2º item II

assumir o trabalho de formação continuada a partir do diagnóstico dos saberes dos professores para garantir situações de estudo e de reflexão sobre a prática pedagógica estimulando os professores a investirem em seu desenvolvimento profissional.

Ao detalharmos este momento de formação na ATPC pretendemos mostrar que o cumprimento do item redigido nasce de solicitações expostas pelo corpo docente e dos resultados obtidos nas avaliações que não estavam de acordo com os indicadores esperados pelos documentos da escola.

3 DESCRREVENDO A PRÁTICA

Compreendendo a função da escola como lugar de ensinar e de aprender, nos momentos de ATPC, buscou-se efetivar esta função entendendo que o interesse do professor em aprimorar os seus saberes colabora na obtenção de práticas educativas organizadas com o intuito de levar os discentes a construírem esses conhecimentos de maneira eficaz.

Tendo em vista que a missão da escola é a de formar sujeitos que consigam viver em sociedade agindo de maneira crítica e conforme apresenta um dos princípios apresentados no Currículo do estado de São de Paulo que o foco das atenções precisam voltar-se à leitura e que esta precisa ser trabalhada em todos os campos disciplinares, a equipe gestora desta escola organizou momentos de leitura nas ATPC que levavam a reflexão e ao debate. Tínhamos como intenção despertar, primeiramente, o gosto pela leitura e posteriormente a compreensão dos docentes acerca da importância

dos textos como subsídios para discussões em quaisquer disciplinas. Começamos desta maneira, pois, entendemos que a formação de alunos leitores pode ser facilitada quando essa prática parte dos seus formadores. Infelizmente os professores são leitores de livro didáticos e de outros materiais que ajudam na organização das aulas deixando de lado a capacidade crítica de entrar em contato com os textos que estão nas mídias e que proporcionam debates sobre assuntos atuais.

Dialogando com Britto temos que (1998, p.69)

Será leitor aquele indivíduo que, além da alfabetização e do domínio pragmático do código escrito e independentemente de considerações subjetivas, tais como gosto ou valores morais, manipule com relativa frequência, por razões de sua inserção social, os valores, sistemas de referência e processos de significação autorizados pelo discurso da escrita.

Pensando nestes aspectos, iniciamos este projeto de leitura com os professores lendo contos, crônicas e textos de curiosidades. Líamos e propúnhamos um breve momento de reflexão e de levantamento de ideias. Este momento foi propício para incentivá-los à leitura de outros textos, pois, conforme destaca Batista (1998) os professores são, antes de tudo, leitores escolares, isto é, leem buscando disposições escolares e indicações para serem trabalhadas em sala de aula.

Após essas leituras propusemos um trabalho com vários gêneros textuais sobre o tema “Manifestações”, vale ressaltar que esta atividade foi realizada no mês de junho de 2013, momento em que as manifestações estavam acontecendo energicamente em vários lugares do país.

Dividimos os professores por área do conhecimento, ou seja, ciências humanas, naturais, matemática e língua portuguesa. Distribuímos gêneros textuais distintos para cada grupo, por exemplo, o grupo de língua portuguesa analisou uma *charge* retirada da Revista Veja, os professores de ciências humanas refletiram sobre a *música Geração Coca-Cola*, da *Legião Urbana* e os docentes de matemática e ciências naturais observaram gráficos, dados estatísticos sobre as manifestações em todo o país durante o mês de julho. Eles tiveram o trabalho de ler o texto, pensar no momento histórico e realizarem a interpretação do texto apresentado.

A leitura, nesta atividade, não foi concebida apenas como decodificação do código e reconhecimento dos aspectos linguístico, mas como um trabalho interativo entre o leitor e o texto, entre o leitor e o momento

histórico, entre o leitor e todas as implicações destinadas a esta leitura. Tal exercício foi essencial na construção da leitura, uma vez que os professores puderam perceber que pode ser trabalhada em qualquer campo disciplinar, que o texto evoca reflexões que partem dele, mas que não se esgotam nele e, compreenderam que o professor precisa estar ciente dessas significações para provocar os alunos e planejar momentos de leitura eficazes que dialoguem com o momento atual e com os anseios dos estudantes.

4 PARA REFLETIR

Tendo como base as considerações redigidas, compreendemos que para a melhoria da qualidade na educação é necessário estabelecer um trabalho em equipe que almeje resolver as dificuldades encontradas na escola. Neste caso, uma atividade isolada como essa não garante a resolução completa do problema, mas serve como alavanca para impulsionar outros momentos de leitura e reflexão.

Apesar de todo o corpo docente ter participado não é certo que todos realizarão com zelo esta atividade em sala de aula, entretanto, cabe aos professores coordenadores acompanharem esta gestão de sala de aula e perceberem como esta questão tem sido abordada pelos professores. Evidenciamos que não é um momento de fiscalização e cobrança, mas, sim de orientação para que os professores consigam trabalhar com a leitura e que este trabalho vá ao encontro do currículo e do Projeto Político Pedagógico.

Promover reflexão, análise e tomada de decisão nos momentos de ATPC são uma das funções deste momento de trabalho coletivo. Pensando nisso foi esse o caminho que trilhamos para chegarmos aos resultados esperados; refletimos e analisamos acerca dos resultados obtidos nas avaliações externas e internas e entendemos que a dificuldade está majoritariamente na leitura seja para resolver um problema ou para interpretar uma ideia. Após esse momento, colocamos em prática o que o currículo nos pede, ou seja, trabalhar com a leitura em todas as áreas do conhecimento primeiramente com os professores para depois chegarmos aos alunos.

De imediato não é possível enxergar os resultados esperados, pois trata-se de um trabalho minucioso que exige continuidade e atenção, por isso, espera-se que a longo prazo os estudantes estejam, no nível esperado pelos documentos que norteiam o ensino, consigam entender a funcionalidade da leitura e aumentem os índices destinados a esta escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Os (as) professores (as) são “não leitores”? In: MARINHO, Marildes; SILVA, Ceris Salete Ribas da (Org.) **Leituras do professor**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 1998. P. 23-60.

BRITTO, Luiz Percival Leme. Leitor Interditado. In: MARINHO, Marildes; SILVA, Ceris Salete Ribas da (Org.) **Leituras do professor**. 1 ed. Campinas: Mercado de Letras, 1998. P. 61-78.

GARMS, Gilza Maria Zauhy. Gestão educacional: reflexões sobre a organização escolar. In. GRIGOLI, Josefa Aparecida Gonçalves; OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari (Organizadoras). **Formação de professores: políticas, gestão e práticas**. Campo Grande: UCDB; Brasília: Plano, 2006. P. 79-94.

GEGLIO, Paulo César. O papel do coordenador pedagógico na formação do professor em serviço. In. ALMEIDA, Laurinda Ramalho de; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Organizadoras.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano escolar**. 9. Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012. P. 113-119.

LIMA, Paulo Gomes; SANTOS, Sandra Mendes dos Santos. **O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas**. Revista de Educação Educere ET Educare. Unioeste Campus de Cascavel. v. 2, n. 4, p. 77-90, 2007.

SÃO PAULO. Congresso. Senado. Resolução SE – 88/ 2007. **Dispõe sobre a função gratificada de Professor Coordenador**.

NOTAS

ⁱ Mestranda em Educação pela FCT/Unesp. Participante do Grupo de Pesquisa CELLIJ (Centro de Estudo em Leitura e Literatura Infantil e Juvenil).

ⁱⁱ As avaliações externas e internas que deram subsídios para o mapeamento destes déficits na aquisição concreta da leitura e da escrita são SARESP (Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo), avaliação em larga escala que avalia o sistema educacional e a obtenção do conhecimento tendo como base a construção de competências e habilidades; Avaliação Diagnóstica e em Processo que não avaliam o sistema, mas a aprendizagem dos alunos partindo também de competências e habilidades. Avaliações internas são as realizadas no processo contínuo de ensino e aprendizagem.